
João Ometto
Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
João Ometto Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da João Ometto Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da João Ometto Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da João Ometto Participações S.A. e da João Ometto Participações S.A. e suas controladas em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



João Ometto Participações S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



João Ometto Participações S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

omunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Maurício Cardoso de Moraes
Signed By: MAURICIO CARDOSO DE MORAES:79500838915
CPF: 79500838915
Signing Time: 24 April 2023 | 16:20 BRT

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	7
3 Estimativa do valor justo	12
4 Caixa e equivalentes de caixa	12
5 Partes relacionadas	13
6 Propriedades para investimentos	14
7 Investimentos	15
8 Imposto de renda e contribuição social	18
9 Patrimônio líquido	18
10 Receitas e despesas por natureza	20
11 Resultado financeiro	21
12 Lucro por ação	21
13 Gerenciamento de riscos	21
14 Eventos Subsequentes	22

João Ometto Participações S.A.**Balanço patrimonial em 31 de março**
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022			2022	2021	2022
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.597	1.499	51.629	Fornecedores		19	40	29
Contas a receber	5	100			Tributos a recolher		201		240
Tributos a recuperar		496	516	497	Contas a pagar				10
Dividendos a receber	5	2.391	30.983	2.391	Dividendos a pagar	5	7.912	42.982	7.912
Outros ativos				77					
		<u>54.584</u>	<u>32.998</u>	<u>54.594</u>			<u>8.132</u>	<u>43.022</u>	<u>8.191</u>
Não circulante					Não circulante				
Outros ativos				303	Tributos com exigibilidades suspensa				303
Investimentos em coligadas e controladas	7	1.291.472	1.013.221	1.277.589	Tributos diferidos	8	2.045	2.045	2.045
Propriedades para investimentos	6		15.820	13.932			<u>2.045</u>	<u>2.045</u>	<u>2.348</u>
		<u>1.291.472</u>	<u>1.029.041</u>	<u>1.291.824</u>	Patrimônio líquido	9			
					Atribuível aos acionistas da controladora				
					Capital social		704.526	225.000	704.526
					Ações em tesouraria de investida indireta		(33.824)	(33.824)	(33.824)
					Reserva de capital investida		2.306	2.306	2.306
					Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		262.056	132.374	262.056
					Reservas de lucros		400.815	691.116	400.815
					Total do patrimônio líquido		<u>1.335.879</u>	<u>1.016.972</u>	<u>1.335.879</u>
Total do ativo		<u>1.346.056</u>	<u>1.062.039</u>	<u>1.346.418</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.346.056</u>	<u>1.062.039</u>	<u>1.346.418</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Ometto Participações S.A.**Demonstração do resultado**
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado
		2022	2021	2022
Receitas	10	2.839		3.189
Custos Imóveis Vendidos	10	(2.224)		(2.237)
Lucro bruto		614		952
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	10	(1.334)	(4.091)	(1.352)
Resultado de equivalência patrimonial	7	362.178	229.699	361.891
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10	(2.950)	828	(2.950)
Lucro operacional		358.509	226.436	358.542
Receitas financeiras	11	1.800	78	1.800
Despesas financeiras	11	(41)	(8)	(42)
Resultado financeiro		1.759	70	1.758
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		360.267	226.506	360.300
Imposto de renda e contribuição social	12			
Do exercício		(244)		(276)
Lucro líquido do exercício		360.023	226.506	360.023
Lucro básico e diluído por ação - em reais	12	1,64	1,01	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Ometto Participações S.A.**Demonstração do resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	360.023	226.506	360.023
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado			
Resultado reflexo com derivativos e outros instrumentos financeiros <i>hedge accounting</i> , líquido de impostos	<u>95.474</u>	<u>(10.672)</u>	<u>95.474</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>455.497</u>	<u>215.834</u>	<u>455.784</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Ometto Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota	Capital social	Ações em tesouraria de investida indireta	Reserva de capital de investida indireta	Ajuste de avaliação patrimonial De Investidas			Reservas de lucros			Total
				Deemed cost	Hedge accounting	Outros reflexos	Legal	Retenção	Reserva de incentivos fiscais reflexa	
Em 31 de março de 2020	225.000	(31.677)	2.306	297.825	(135.257)	(17.275)	40.236	358.749	119.403	859.310
Constituição de reserva de incentivo fiscal - reflexa	9 (e)								20.049	(20.049)
Realização de mais-valia de deemed cost	9 (b)			(3.432)						3.455
Resultado com derivativos - hedge accounting de investidas	9 (b)				(10.672)					
Ajuste reflexo por aquisição e alienação de ações de emissão própria por investida		(2.114)								
Ajuste de tributos diferidos sobre cisão de investidas					173					(22)
Outros reflexos						138		137	36	(2)
Variação de participação em investida		(33)		278	(159)	755				
Juros sob capital próprio	9 (c)									(23.910)
Lucro líquido do exercício										226.506
Destinação do lucro:										
Constituição de reservas	9 (d)						11.325			(11.325)
Dividendos mínimos obrigatórios	9 (c)									(33.472)
Lucros a destinar pelos acionistas	9 (d)							141.181		(141.181)
Em 31 de março de 2021	225.000	(33.824)	2.306	294.671	(145.915)	(16.382)	51.561	500.067	139.488	1.016.972
Aumento de capital social	9 (a)	537.431					(6.562)	(420.576)	(110.293)	
Redução de capital social	9 (a)	(57.905)								
Constituição de reserva de incentivo fiscal - reflexa	9 (e)								35.467	(35.467)
Realização de mais-valia de deemed cost				(4.395)						4.395
Resultado com derivativos - hedge accounting de investidas	9 (b)				95.474					
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	9 (b)			38.606						
Variação de participação em investida						(3)				
Juros sob capital próprio	9 (c)									(27.017)
Dividendos distribuídos, exercício anterior								(27.729)		(27.729)
Dividendos adicionais antecipados, pagos	9 (d)									(54.630)
Lucro líquido do exercício										360.023
Constituição de reservas	9 (d)						18.001			(18.001)
Dividendos mínimos obrigatórios	9 (d)									(7.912)
Lucros a destinar pelos acionistas	9 (d)							221.391		(221.391)
Em 31 de março de 2022	704.526	(33.824)	2.306	328.882	(50.441)	(16.385)	63.000	273.153	64.662	1.335.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Ometto Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido de exercício	360.023	226.506	360.023
Ajustes			
Depreciação e amortização	44	105	44
Perda na vendas de propriedades para investimentos	148		148
Imposto de renda e contribuição social correntes	244		244
Ajuste receita de cana de açúcar atr			(77)
Resultado de equivalência patrimonial	(362.178)	(229.699)	(361.891)
	(1.719)	(3.088)	(1.509)
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar	20	(107)	20
Tributos a pagar	123		159
Contas a pagar	(8.703)		(8.725)
Contas a receber	(100)		10
Deposito judicial			(303)
Fornecedores	(21)	(63)	(21)
Variações nos ativos e passivos			1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.400)	(3.258)	(10.368)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pelas vendas de propriedades para investimentos	1.997	79	1.997
Integralização de capital social em investida	(800)		(800)
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de investidas	198.095	39.881	198.095
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	199.292	39.960	199.292
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(138.794)	(36.777)	(138.794)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas		(4.600)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(138.794)	(41.377)	(138.794)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	50.098	(4.675)	50.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.499	6.174	1.499
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51.597	1.499	51.629

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A João Ometto Participações S.A. (“Companhia”) está sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a participação societária no capital de outras empresas.

Os investimentos societários da Companhia, apresentados na Nota 7, estão representados, substancialmente, pela participação societária na LJN Participações S.A. (“LJN”) correspondente a 41,21% das ações ordinárias em 31 de março de 2022. A LJN é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo - Capital, cuja atividade preponderante atualmente é a participação societária na São Martinho S.A.

Em 2 de agosto de 2011, as *holdings* familiares João Ometto Participações S.A., Luiz Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda., acionistas da São Martinho S.A., com participação nas ações emitidas de 25,23%, 25,23% e 10,76%, respectivamente, constituíram uma nova empresa holding, LJN Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, que passou a concentrar 54,92% das ações ordinárias em circulação em 31 de março de 2022 (2021 - 54,23%) da São Martinho S.A. e controlá-la. A São Martinho S.A. por sua vez é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, cuja atividade preponderante é o plantio de cana-de-açúcar e fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; exportação e importação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Dessa forma, além da participação na LJN, a Companhia manteve a participação direta de 1,84% nas ações emitidas da São Martinho S.A. (2021 - 1,84%).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2023.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras de sua controlada, suas coligadas e coligada em conjunto

Os possíveis impactos da COVID-19 foram refletidos nas estimativas e julgamentos realizados pelas controladas e coligadas do Grupo na preparação de suas demonstrações financeiras. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos, nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de *impairment* de ativos não financeiros para exercício de 31 de março de 2022.

Na data em que foi autorizada a emissão das demonstrações financeiras, a administração avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício de 31 de março de 2022 decorrentes dos possíveis impactos da COVID -19.

Conflito entre Rússia e Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia, que teve início em 20 de fevereiro de 2022, tem impactado o cenário econômico global. No setor sucroenergético, tal impacto pode afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, adubos, petróleo e outras commodities.

A Companhia possui coligadas e uma controlada que atua nesse setor, sendo assim, acompanha a situação de maneira que possa adotar medidas para minorar os possíveis efeitos.

2. Resumo das políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de propriedades para investimento e imobilizados, bem como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Base de consolidação e investimentos

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retornos dos investimentos realizados

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada, Jade Agropecuária Ltda, a partir de 1º de dezembro de 2021 (data de aquisição do controle - Nota 6 e 7), observando o percentual de participação em vigor e os critérios de consolidação aplicáveis.

(b) Coligadas e controlada em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas coligadas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamento do principal e juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

2.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5.3 Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

As coligadas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (“Ajuste de avaliação patrimonial”) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício (“Resultado financeiro”). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e são apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>Controladora</u> <u>2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	51.597	1.499	51.629
Contas a receber	100		
Dividendos a receber	2.391	30.983	2.391
Outros ativos			380
	<u>54.088</u>	<u>32.482</u>	<u>54.400</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores	19	40	29
Outros passivos			10
Dividendos a pagar	7.912	42.982	7.912
	<u>7.931</u>	<u>43.022</u>	<u>7.951</u>

2.6 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

2.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou, em 2022 e 2021, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidente sobre o lucro no regime de tributação “Lucro Real”.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.8 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Em 25 de outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC.

- Inclusão dos itens 39AG e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renumera o item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs.
- Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
 - **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o CPC emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
 - (i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) CPC 13 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) CPC 27 - Ativos Biológicos - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas.
 - **Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir e 1º de abril de 2023.

- **Alteração ao CPC 26** - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o CPC emitiu nova alteração ao CPC 26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alteração ao CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alteração ao CPC 32** - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Não há outras normas CPCs ou interpretações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Segundo avaliação da Administração, baseada nas características das operações da Companhia, não existem estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com rendimentos correspondentes a 101,25% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (2021 - 100% do CDI), com liquidez abaixo de 90 dias e sem o risco de alteração significativa do valor.

João Ometto Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2022**
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>Controladora</u> <u>2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	51.597	1.499	51.629
	<u>51.597</u>	<u>1.499</u>	<u>51.629</u>

5 Partes relacionadas**(a) Saldos e transações**

	<u>2022</u>	<u>Controladora</u> <u>2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Ativo circulante			
Contas a receber / Afac			
Jade Agropecuaria Ltda.		100	
Agropecuária Vale do Corumbataí S.A.			5.400
Dividendos a receber:			
Agropecuária Vale do Corumbataí S.A.	1.004	332	1.004
Imobiliária Paramirim S.A.		265	
LJN Participações S.A.	1.352	1.776	1.352
São Martinho S.A.	36	23.210	36
	<u>2.491</u>	<u>30.983</u>	<u>2.391</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar:			
Jottapar Participações S.A.		8.711	
Velvet Participações S.A.			10
Dividendos a pagar:			
San Giovanni Participações S.A.	7.912	31.729	7.912
Acionistas - pessoas físicas		2.542	
	<u>7.912</u>	<u>42.982</u>	<u>7.922</u>

Os saldos com partes relacionadas no ativo circulante correspondem a dividendos a receber de coligadas, com expectativa de liquidação no curto prazo. O saldo no passivo circulante corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício a pagar aos acionistas (Nota 9 (d)).

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração está representado pelos diretores. Em 31 de março de 2022, a remuneração paga ou a pagar por serviços prestados desses profissionais, a título de pró-labore, incluindo os encargos sociais correlatos, representou R\$ 777 (2021 - R\$ 760).

6 Propriedades para investimento

Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997.

Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda, resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tornando-a uma sociedade unipessoal limitada com 100% das quotas pertencentes a Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas sob controle comum e com base no valor contábil dos ativos, não representa uma combinação de negócios.

	Controladora		
	Terras	Edificações	Total
Em 31 de março de 2020	13.708	2.296	16.004
Baixa	(79)		(79)
Depreciação		(105)	(105)
Em 31 de março de 2021	13.629	2.191	15.820
Baixa		(2.147)	(2.147)
Depreciação		(44)	(44)
Incorporação na Jade Agropecuaria Ltda	(13.629)	-	(13.629)
Em 31 de março de 2022	-	-	-
Taxa anual média de depreciação:		4%	
	Consolidado		
	Terras	Total	
Em 01 de dezembro de 2021			
Saldo inicial			
Incorporação Jade Agropecuaria Ltda	13.629	13.629	
Deposito judicial ambiental	303	303	
Em 31 de março de 2022	13.932	13.932	

Em 31 de março de 2022 não existiam mais propriedade para investimentos na João Ometto Participações S.A.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

Em milhares de reais

7 Investimentos

(a) Investimentos em sociedades coligadas e controlada

Controladora

	2022						
	LJN Participações S.A.	São Martinho S.A.	Imobiliária Paramirim S.A.	Agropecuária Vale do Corumbataí S.A.	Total Consolidado	Jade Agropecuaria Ltda	Total Controladora
Informações sobre as coligadas							
Nº de ações totais	391.604.087	346.375.066	1.371.296	41.241		13.639	
Quantidade de ações e ou quotas possuídas	161.387.814	2.082.612	411.071	20.620		13.639	
Percentual de participação	41,21%	0,60%	29,98%	50,00%		100,00%	
Capital social	1.481.853	2.681.571	23.296	18.706		13.639	
Lucro líquido do exercício/período	806.517	1.480.868	17.422	4.226		272	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	383.567	705.022	7.238	4.007		-	
Patrimônio líquido em 31 de março de 2022	2.922.665	5.318.421	74.757	41.697		13.883	
Movimentação do investimento							
Saldos iniciais	902.892	71.513	23.806	15.010	1.013.221	-	1.013.221
Integralização de bens/direitos na Jade Agropecuaria Ltda (Nota 06)					-	13.639	13.639
Efeitos de ajustes de avaliação patrimonial (Nota 9(b))	35.691	2.906	9		38.606		38.606
Integralização de capital Agropecuaria Vale Corumbataí (i)				5.400	5.400		5.400
Resultado com derivativos- <i>hedge accounting</i> de coligada	91.492	3.981			95.473		95.473
Redução participação societaria na São Martinho S.A. (ii)		(57.606)			(57.606)		(57.606)
Outros reflexos (variação de participação societaria reflexa)	(5)	2			(3)		(3)
Equivalência patrimonial do exercício	332.365	22.261	5.196	2.113	361.935	243	362.178
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(157.993)	(13.142)	(6.629)	(1.671)	(179.435)	-	(179.435)
Em 31 de março de 2022	1.204.442	29.915	22.382	20.852	1.277.589	13.882	1.291.472

	2021				
	LJN Participações S.A.	São Martinho S.A.	Imobiliária Paramirim S.A.	Agropecuária Vale do Corumbataí S.A.	Total Controladora
Informações sobre as coligadas					
Nº de ações totais	391.604.087	346.375.066	1.371.296	41.241.322	
Quantidade de ações e ou quotas possuídas	161.387.814	6.382.842	411.071	20.620.661	
Percentual de participação	41,21%	1,84%	29,98%	50,00%	
Capital social	1.146.955	2.071.819	23.296	7.907	
Lucro líquido do exercício/período	502.924	927.124	15.518	1.399	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	116.131	229.305	885	665	
Patrimônio líquido em 31 de março de 2021	2.190.862	3.986.589	79.418	30.015	
Saldos iniciais	756.822	59.769	19.831	14.612	851.034
Ajuste de tributos diferidos			151		151
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i> de coligada	(9.860)	(803)			(10.672)
Adiantamento para futuro aumento de capital	375				375
Aquisição e alienação de ações em tesouraria	(1.955)	(159)			(2.114)
Outros reflexos (variação de participação societaria reflexa)	956	(35)			921
Equivalência patrimonial do exercício	207.265	17.083	4.652	699	229.699
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(50.702)	(4.342)	(828)	(301)	(56.173)
Em 31 de março de 2021	902.892	71.513	23.806	15.010	1.013.221

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia firmou Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações com a parte relacionada Jottapar Participações S.A. (“Jottapar”), acionista da Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. (“APVC”) com 4.251.403 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando 10,31% do capital social da APVC. Pelo referido instrumento, a Companhia adquiriu a participação societária da Jottapar na APVC e, assim, passou a ser proprietária de 20.620.661 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que representam 50% do capital social da APVC. Antes da referida compra de ações, a Companhia possuía participação de 39,69% do capital da coligada.

A aquisição de ações foi realizada pelo montante de R\$ 8.711, com pagamento efetuado em 17 de agosto de 2021.

- (i) Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a redução de capital no montante de R\$ 57.905 mediante a entrega de participação societária detida pela Companhia no capital social da São Martinho S.A., resultando em perda no montante de R\$ 299.

João Ometto Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2022**
Em milhares de reais**(b) Informações complementares sobre a São Martinho S.A.**

Considerando a relevância do investimento na coligada São Martinho, de forma indireta por meio do investimento na LJM (controladora da São Martinho), no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, abaixo seguem informações complementares sobre a referida coligada indireta.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da investida são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

A emissão das demonstrações financeiras da São Martinho foi aprovada por seu Conselho de Administração em 20 de junho de 2022. Essas demonstrações financeiras, foram publicadas no D.O.U., também estão disponíveis, na íntegra, na sede social da investida, e no *site* da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Segue abaixo um sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da referida investida:

Balanço patrimonial	2022	2021
Ativo		
Circulante	5.309.033	3.044.408
Não circulante	<u>11.635.357</u>	<u>8.827.682</u>
Total do ativo	<u>16.944.390</u>	<u>11.872.090</u>
Passivo		
Circulante	2.148.409	1.825.085
Não circulante	9.477.556	6.060.416
Patrimônio líquido	<u>5.318.425</u>	<u>3.986.589</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>16.944.390</u>	<u>11.872.090</u>
Demonstração do resultado	2022	2021
Receita líquida das vendas	5.527.316	4.210.492
Custo dos produtos vendidos e despesas, líquidos	<u>(3.362.718)</u>	<u>(2.804.465)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.480.868</u>	<u>927.124</u>
	 <u>2022</u>	 <u>2021</u>
Valor da participação, indireta (via LJM), da Companhia no patrimônio da São Martinho:		
. Valor patrimonial	1.203.694	901.488
. Valor de mercado (*)	3.552.769	2.325.419

(*) O valor de mercado desse investimento não reflete, necessariamente, o valor de realização de uma parcela representativa de participação acionária. Trata-se apenas de uma estimativa baseada na cotação do valor da ação ("SMT03") no fechamento do dia 31 de março, multiplicada pela quantidade de ações possuídas, indiretamente, pela Companhia.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

Direito creditório da São Martinho S.A. referente a processos judiciais

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Nele foi expedido em junho de 2017 o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia).

Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia).

Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão). Posteriormente, em setembro de 2020 foi levantada a 3ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,08 bilhão) e a 2ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,975 bilhão), em outubro de 2021 foi levantada a 4ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,74 bilhão) e a 3ª parcela do precatório complementar (R\$ 2,13 bilhões).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2022 o saldo a receber da Copersucar a esse título é de R\$ 154.626 (R\$ 103.710 em 31 de março de 2021), registrados em outros ativos de longo prazo.

A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa". Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante total de R\$ 54.132.

No período findo em 31 de março de 2022, após o repasse e as retenções das despesas processuais e dos tributos em discussão, o saldo de R\$ 415.476 foi registrado em "outras receitas, líquidas". O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não praticamente certo, razão pela qual segue não registrado.

(c) Comentários adicionais sobre as sociedades coligadas

As demonstrações financeiras da LJN Participações S.A. e São Martinho S.A. foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia para a data-base de 31 de março de 2022 e as demonstrações financeiras da Agro Pecuária Vale do Corumbataí e Imobiliária Paramirim S.A. foram revisadas conforme a NBC TR 2400 - Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis, por outros auditores independentes em 31 de março de 2022, sendo que a data-base das demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial foi 31 de março de 2022.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

8 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	360.267	226.506	360.300
Alíquota máxima	34%	34%	34%
	(122.491)	(77.012)	(122.502)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:			
Equivalência patrimonial	123.141	78.098	123.043
Juros sobre capital próprio	9.186	8.129	9.186
Benefício sobre prejuízo fiscal e base de contribuição negativa não constituído	(10.080)	(9.215)	(10.003)
Tributos no resultado	(244)	-	(276)

9 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária - AGE/AGO realizada em 25 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 537.431, sem emissão de novas ações, integralizado por meio da capitalização parcial da reserva de lucros, no montante de R\$ 6.562, da reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 420.576 e da reserva de incentivos fiscais reflexa, no montante de R\$ 110.293.

Em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a redução de capital no montante de R\$ 57.905, como o consequente cancelamento de 17.088.391 ações ordinárias sem valor nominal e a restituição de capital aos sócios, mediante a entrega de participação societária detida pela Companhia no capital social da São Martinho S.A.

O capital social em 31 de março de 2022, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 704.525, está representado por 207.911.609 ações ordinárias sem valor nominal (2021 - 225.000.000 ações ordinárias sem valor nominal).

	Ações ordinarias nominativas	Total geral de ações
Acionista		
San Giovanni Participações S.A.	207.911.609	207.911.609

João Ometto Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2022**
Em milhares de reais**(b) Ajustes de avaliação patrimonial de coligadas (reflexos)***Deemed cost*

Correspondem a mais-valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas da São Martinho S.A., Imobiliária Paramirim S.A. e Agropecuária Vale do Corumbataí S.A. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

Em 8 de novembro de 2021, a São Martinho S.A. e suas controladas São Martinho Terras Agrícola (“SMTA”) e São Martinho Terras Imobiliárias (“SMTI”) realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação a São Martinho S.A., ajustou o montante de R\$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento, gerando efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial da Companhia no montante de R\$ 38.606.

Hedge accounting

Correspondem aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos, em aberto, da São Martinho S.A., classificados como *hedge accounting* (proteção) de fluxo de caixa. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrem a realização das operações correlatas na investida.

(c) Destinação dos lucros

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal.

Os juros sobre o capital próprio - JCP, quando aplicáveis, são calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim, no decorrer do exercício, são deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. De acordo com a legislação vigente, o referido montante, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (de 15%), foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	360.027	226.506
Constituição de reserva legal - 5% (limitado a 20% do capital social)	<u>(18.001)</u>	<u>(11.325)</u>
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	<u>342.026</u>	<u>215.181</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>85.507</u>	<u>53.795</u>
Juros sobre capital próprio	27.016	23.910
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(4.052)	(3.587)
Dividendos pagos antecipadamente do fechamento	<u>54.630</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>7.913</u>	<u>33.472</u>
	<u>85.507</u>	<u>53.795</u>

João Ometto Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2022**
Em milhares de reais

O Estatuto Social da Companhia prevê, ainda, que a diretoria poderá determinar a distribuição de dividendos adicionais, à conta de "Lucros acumulados" ou "Reserva de lucros". Durante o exercício social findo em 31 de março de 2022, a diretoria determinou a distribuição, a esse título o montante de R\$ 27.729 (2021- R\$ 253).

(d) Reserva legal e de retenção

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício, em 2021 e em 2020, foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção". Nesse contexto, e, considerando o excesso de reservas de lucros em relação ao capital social da Companhia, os acionistas estão avaliando, junto aos seus administradores e consultores jurídicos, as possíveis destinações para equacionar essa situação, para subsequente deliberação em Assembleia Geral

(e) Reserva de incentivos fiscais - reflexa

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas da São Martinho aprovaram a constituição da reserva de incentivos fiscais, efeito reflexo dos incentivos fiscais da UBV, unidade produtiva da São Martinho. O montante registrado decorre do programa de incentivo fiscal junto ao estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etanol hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste.

(f) Ações em tesouraria de investida indireta

As ações readquiridas pela investida indireta São Martinho S.A. são reconhecidas ao custo de aquisição em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado da investida no momento da compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios. Os efeitos reconhecidos no patrimônio líquido da investida são reconhecidos por reflexo na Companhia.

10 Receitas e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Arrendamento de terras e aluguéis de imóveis	841	1.542
Vendas de imóveis	1.997	1.997
Impostos	<u>(78)</u>	<u>(91)</u>
	<u>2.761</u>	<u>3.449</u>

Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Custo dos imóveis vendidos	(2.146)	-	(2.146)
Pessoal	(775)	-	(775)
Serviços de terceiros	(516)	-	(534)
Depreciação	(44)	(105)	(44)
Outras despesas	<u>(2.950)</u>	<u>(2.538)</u>	<u>(2.950)</u>
	<u>(6.430)</u>	<u>(2.643)</u>	<u>(6.449)</u>
Classificadas como:			
Custo dos imóveis vendidos	(2.146)	-	(2.146)
Despesas gerais e administrativas	(4.284)	(4.091)	(4.303)

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

11 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	1.778	66	1.778
Atualizações financeiras	22	12	22
	<u>1.800</u>	<u>78</u>	<u>1.800</u>
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(41)	(8)	(42)
	<u>(41)</u>	<u>(8)</u>	<u>(42)</u>
Resultado financeiro	<u>1.759</u>	<u>70</u>	<u>1.758</u>

12 Lucro por ação

O lucro básico é calculado pela divisão do lucro tributável aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, conforme definição do CPC 41, em circulação durante o exercício.

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	360.023	226.506
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício	<u>219.304</u>	<u>225.000</u>
Resultado básico por ação		
Lucro básico por ação - em reais	<u>1,64</u>	<u>1,01</u>

13 Gerenciamento de riscos

A Companhia, através de suas coligadas indiretas, está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Os instrumentos financeiros derivativos em suas coligadas são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol das controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

João Ometto Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 Em milhares de reais

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica.

Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

14 Eventos subsequentes

Transação societária

Conforme redução do capital social datada de 30 de novembro de 2021, a participação societária junto a São Martinho S.A., foi reduzida para 2.082.612 (dois milhões, oitenta e dois mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, transferindo ao acionista João Guilherme Sabino Ometto, 4.300.230 (quatro milhões, trezentos mil e duzentas e trinta) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, a segregação e a transferência das ações entre os bancos custodiantes foram concluídas em 21 de junho de 2022.

Avaliação dos efeitos decorrentes decisão do STF sobre a “coisa julgada”

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF julgou os Recursos RE 955227 (Tema 885) e RE 94929 (Tema 881) e, em decisão unânime, “considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir”.

Essa decisão, tomada em sede de repercussão geral e, portanto, válida para todos os casos semelhantes que corram em outras instâncias, estipulou que a perda de efeitos de uma sentença definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), vale apenas para tributos recolhidos de forma continuada, ou seja, aqueles cuja cobrança se renova periodicamente.

Esse fato não produz efeitos nas operações do Companhia, suas coligadas e sua controlada, uma vez que o Grupo não reconhece suas obrigações tributárias suportada em decisões judiciais. Todos os tributos apurados, correntes e diferidos, foram registrados com base na legislação vigente.

Sendo assim, não há itens a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme previsto no CPC 24

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 6D012603E7DF485E96BBFDFB21095535

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: JOAOOMETTOPART22.MAR.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 26

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Alessandra Laurenti

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Envelopeld Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

alessandra.laurenti@pwc.com

IP Address: 54.94.237.112

Record Tracking

Status: Original

24 April 2023 | 15:42

Holder: Alessandra Laurenti

alessandra.laurenti@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

24 April 2023 | 16:20

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Maurício Cardoso de Moraes

mauricio.moraes@pwc.com

Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

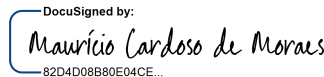
Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 82D4D08B80E04CE...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.159.42

Timestamp

Sent: 24 April 2023 | 15:43

Viewed: 24 April 2023 | 16:18

Signed: 24 April 2023 | 16:20

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Alessandra Laurenti

alessandra.laurenti@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 24 April 2023 | 16:20

Viewed: 24 April 2023 | 16:20

Signed: 24 April 2023 | 16:20

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	24 April 2023 15:43
Certified Delivered	Security Checked	24 April 2023 16:18
Signing Complete	Security Checked	24 April 2023 16:20
Completed	Security Checked	24 April 2023 16:20

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------